



RELATÓRIO  
DE CONJUNTURA  
ECONÓMICA | Setembro 2020

**Banco Angolano de Investimentos**  
Publicado em Novembro 2020

Direcção de Planeamento e Controlo | Departamento de Estudos Económicos e Financeiros

---

---

# **Relatório de Conjuntura Económica**

## **Setembro 2020**

---

## Conteúdo

<b>1.1. Perspectivas de crescimento da economia global.....</b>	<b>3</b>
1.1.1. Desempenho económico.....	4
1.1.1.1. Economias avançadas.....	4
1.1.1.2. Economias emergentes.....	5
1.1.1.3. África Subsariana.....	5
1.1.2. Mercado Petrolífero.....	6
<b>I. CONTEXTO NACIONAL.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1. Contas fiscais e evolução da dívida pública interna .....</b>	<b>8</b>
2.1.1. Revisão da Programação Macroeconómica 2020 e Proposta do OGE 2021.....	8
2.1.2. Terceira revisão do programa de financiamento do FMI a Angola.....	12
2.1.3. Colocação líquida da dívida titulada .....	13
2.1.4. Arrecadação de receitas petrolíferas e diamantíferas.....	14
<b>2.2. Contas externas .....</b>	<b>16</b>
2.2.1. Evolução do rating de Angola e impactos na economia .....	17
<b>2.3. Mercado cambial .....</b>	<b>20</b>
<b>2.4. Evolução da actividade económica .....</b>	<b>22</b>
2.4.1. Crescimento económico.....	22
2.4.2. Desemprego e inflação.....	24
<b>2.5. Panorama monetário e financeiro .....</b>	<b>26</b>
2.5.1. Política monetária e liquidez.....	26
2.5.2. Evolução da síntese monetária .....	28
<b>2.6. Mercado secundário de dívida.....</b>	<b>29</b>
<b>II. LEGISLAÇÃO PUBLICADA NO PERÍODO .....</b>	<b>30</b>
<b>III. ANEXOS .....</b>	<b>32</b>
<b>IV. FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>34</b>

# 1.

## Enquadramento Internacional

### 1.1. Perspectivas de crescimento da economia global

O terceiro trimestre ficou marcado por ser um período de maior optimismo em relação à recuperação da economia global. As estimativas para o crescimento melhoraram em Outubro, quando o FMI publicou o seu último World Economic Outlook deste ano. O fundo prevê agora que a descida do PIB mundial, em 2020, se situe nos 4,4%, menor que a contracção de 4,9% avançada em Junho.

**Tabela 1. Crescimento económico mundial (%)**

	2019	2020	2021
PIB Global	2,8	-4,4	5,2
Economias avançadas	1,7	-5,8	3,9
Mercados emergentes	3,7	-3,3	6,0
África Subsariana	3,2	-3,0	3,1

Fonte: FMI | World Economic Outlook\_Out.20

Passou a existir maior optimismo em relação às economias avançadas, com realce para os EUA, onde a previsão de descida do PIB melhorou em 2,3 pontos percentuais (p.p.) para -4,3%. A contracção do PIB da Zona Euro e da África Subsariana também foi revista favoravelmente para -8,3% e -3%, respectivamente. Entretanto, a queda esperada nas economias emergentes piorou 0,2 p.p. para -3,3%, explicada por quedas maiores esperadas na Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e no Vietname.

A melhoria nas projecções do FMI reflecte o desempenho da actividade económica melhor do que o esperado no segundo e no terceiro trimestre, embora o distanciamento social continue a ser um risco ao crescimento. Espera-se que a economia global continue a fortalecer-se em 2021, com o crescimento a atingir os 5,2%, não obstante o facto de muitas economias estarem a adoptar novamente medidas restritivas, à medida que aumentam os casos de COVID-19.

Entre Julho e Setembro, houve uma redução de 25% no índice VIX, que mede o risco das opções de investimento do S&P 500, um dos maiores índices bolsistas dos EUA. Esta redução é explicada pelo período em que as economias iniciaram a reabertura gradual das actividades<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Contudo, o início do quarto trimestre evidenciou um aumento no nível de risco no mercado, podendo ser associado a factores como: (i) segunda vaga da COVID-19 e regresso ao confinamento; (ii) ameaças de novas medidas proteccionistas; (iii) incertezas quanto às eleições presidenciais nos EUA e ao desfecho do Brexit; (iv) dúvidas em relação à aprovação de mais pacotes de estímulos económicos e (v) interrupções que se registaram nos projectos de pesquisas de vacina para a COVID-19.

### 1.1.1. Desempenho económico

#### 1.1.1.1. Economias avançadas

O terceiro trimestre revelou alguma melhoria na actividade económica global, com realce para as economias avançadas. O PIB dos EUA recuperou entre Julho e Setembro, tendo crescido, em termos homólogos, mais de 33%, após as reduções de 5,0% e de 31,7% dos dois trimestres anteriores. O levantamento de restrições teve efeito positivo sobre o desemprego que recuou dos máximos atingidos em Abril último (14,7%), o que aumentou o consumo e a inflação<sup>2</sup>.

Desde o início de 2020, a Reserva Federal (Fed) tem vindo a tomar um conjunto de medidas que visam mitigar o impacto da COVID-19. O banco cortou a taxa básica de juros, duas vezes em 2020, colocando-a no intervalo entre 0% e 0,25%, interrompendo assim o ciclo de aumento dos juros. A economia norte-americana tem beneficiado igualmente do programa de compras de obrigações de no mínimo 700 mil milhões de USD e de outras medidas de apoio às pequenas empresas<sup>3</sup>.

**Tabela 2. Economias avançadas (%)**

		Dez/19	Jun/20	Set/20	Evolução
EUA	PIB real (YoY)	2,4	-31,7	33,1	Trimestral
	Inflação homóloga	2,3	0,6	1,4	Mensal
	Desemprego	3,5	13	7,9	Mensal
	Taxa básica de juros	1,8	0,25	0,25	Pontual
Zona Euro	PIB real (YoY)	1,0	-14,8	-4,3	Trimestral
	Inflação	1,3	0,3	-0,3	Mensal
	Desemprego	7,4	7,6	8,2	Mensal
	Taxa básica de juros %*	-0,5	-0,5	-0,5	Pontual

Fonte: Bloomberg/Trading Economics

\*taxa de remuneração dos depósitos overnight

YoY: variação homóloga

Na Zona Euro, a economia também recuperou no terceiro trimestre, com uma taxa de contracção de 4,3%, menor do que a de 14,8% do segundo trimestre. As maiores recuperações verificaram-se em França, Espanha e Itália. No mercado laboral, o percentual de desempregados continuou a tendência do trimestre anterior, subindo para 8,2% no final de Setembro como reflexo dos impactos da COVID-19 nas empresas do bloco e na sua capacidade de manter os empregos. Como resultado do fraco desempenho económico, a inflação enfraqueceu-se ainda mais do que no trimestre anterior, passando de um aumento de 0,3% para uma queda de igual número.

Relativamente à política monetária, o BCE manteve a taxa de juro de depósito nos -0,50%, bem como a taxa aplicável às principais operações de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,00% e 0,25%, respectivamente. O Banco reintroduziu, desde a intensificação da crise pandémica, o programa de estímulos à economia, tendo, inicialmente, definido um pacote de até 750 mil milhões de EUR e aumentado, no início de Junho, para 1 350 mil milhões de EUR até ao final de 2021, uma medida destinada a apoiar a economia do bloco.

<sup>2</sup> No último mês de Agosto, a Reserva Federal anunciou uma alteração à sua estratégia de política monetária, devendo permitir que a inflação suba mais do que a meta estipulada de 2%, durante alguns períodos, visando suportar o mercado laboral e impulsionar a economia do país em geral, sem que seja limitado pela evolução dos preços.

<sup>3</sup> O terceiro trimestre ficou marcado pelas incertezas em relação a um novo pacote de apoio orçamental que teria vindo do Governo, tendo sido adiado para o período depois das eleições.

### 1.1.1.2. Economias emergentes

A economia chinesa foi uma das primeiras a evidenciar sinais de recuperação, tendo crescido 6,2% no segundo trimestre deste ano, altura em que a maior parte das grandes economias registava fortes quedas do PIB.

Apesar do crescimento ter abrandado no terceiro trimestre, ainda assim manteve-se a crescer, cerca de 4,9% em termos homólogos, explicado essencialmente pela contenção mais cedo da propagação da COVID-19, que lhe permitiu reabrir mais cedo a economia e melhorar a produção industrial e as exportações.

**Tabela 3. Economias emergentes (%)**

País	Indicadores	Dez/19	Jun/20	Set/20	Evolução
China	PIB real (YoY)	6,0	6,2	4,9	Trimestral
	Inflação	4,5	2,5	1,7	Mensal
	Desemprego	5,2	5,7	5,4	Mensal
	Taxa básica de juros*	4,4	4,4	4,4	Pontual
Índia	PIB real (YoY)	0,9	-25,2	-	Trimestral
	Inflação	7,4	6,1	7,3	Mensal
	Desemprego	7,6	10,2	6,7	Mensal
	Taxa básica de juros*	5,2	4,0	4,0	Pontual

Fonte: Bloomberg/Trading Economics

\*Cedência de liquidez a 1 ano

YoY: variação homóloga

### 1.1.1.3. África Subsariana

No terceiro trimestre deste ano, a economia da Nigéria teve uma queda homóloga de 5%, uma recuperação face à contracção de 14,3% registada no segundo trimestre. A Nigéria também registou um aumento da inflação, passando de 12% no final de 2019 para 13,7% em Setembro de 2020. Visando apoiar a economia, o banco central do país voltou a cortar a taxa de juros em 100 pontos base para 11,5%.

Até ao fecho deste relatório, ainda não existiam dados para o PIB do terceiro trimestre da África do Sul, contudo, espera-se que o desempenho económico desse período tenha sido melhor do que o trimestre anterior e em relação às expectativas, uma evolução muito associada às estatísticas da COVID-19 no continente.

Esta situação levou inclusivamente o FMI a melhorar as suas previsões de recessão na região, antecipando uma quebra de 3%, abaixo dos 4,4% avançados anteriormente.

**Tabela 4. África Subsariana (%)**

País	Indicadores	Dez/19	Jun/20	Set/20	Evolução
África do Sul	PIB real (YoY)	-1,4	-51	-	Trimestral
	Inflação	4	2,2	3	Mensal
	Desemprego	29,1	23,3	-	Mensal
	Taxa básica de juros	6,5	3,75	3,5	Pontual
Nigéria	PIB real (YoY)	5,59	-14,3	-5	Trimestral
	Inflação	1,98	12,56	13,71	Mensal
	Desemprego	-	-	-	Mensal
	Taxa básica de juros	13,5	12,5	11,5	Pontual

Fonte: Bloomberg

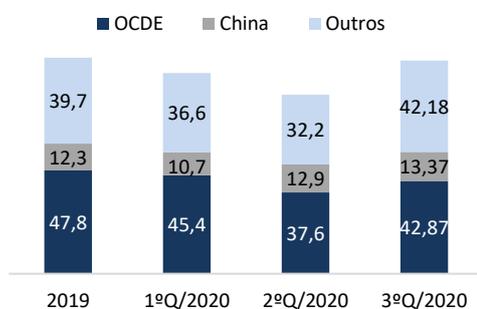
YoY: variação homóloga

### 1.1.2. Mercado Petrolífero

O mercado petrolífero voltou a reequilibrar após o choque nos preços do petróleo observado no início do segundo trimestre, resultante do efeito combinado da guerra de produção<sup>4</sup> entre a Rússia e a Arábia Saudita e o início dos bloqueios ao consumo devido à COVID-19.

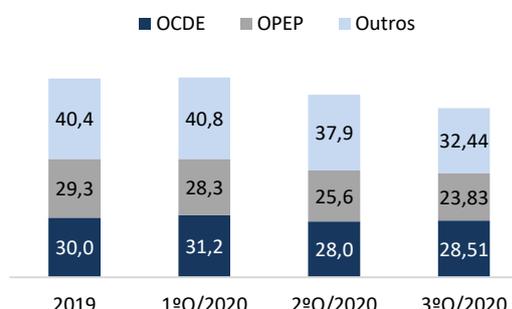
O terceiro trimestre encerrou com uma procura superior à oferta em 700 mil barris por dia, o que compara com o excesso de oferta de quase 9 milhões de barris que se registava no mercado até Junho de 2020. De acordo com as estatísticas da OPEP, a procura mundial recuperou 8,4 milhões de barris por dia entre Junho e Setembro deste ano, para uma média de 91 milhões de barris diários. Por seu lado, a oferta global recuou em 1,2 milhões de barris para um total de 90,3 milhões de barris diários.

**Gráfico 1. Procura mundial de petróleo (Mbd)**



Fonte: OPEP

**Gráfico 2. Oferta mundial de petróleo (Mbd)**



Fonte: OPEP

A OPEP e seus aliados têm sido os principais responsáveis pelos cortes de produção para apoio aos preços do barril. O grupo chegou a um acordo histórico no início do ano para cortar a produção, em quase 10 milhões de barris, cerca de 10% da oferta global<sup>5</sup>. Quanto à evolução do referido acordo (em vigor desde o início de Maio), no final de Setembro, ficou registada uma execução de 101% por parte da OPEP e de 63% do lado dos países não-OPEP, como se pode ver na tabela abaixo:

**Tabela 5. Grau de cumprimento do acordo da OPEP+ (Setembro 2020)**

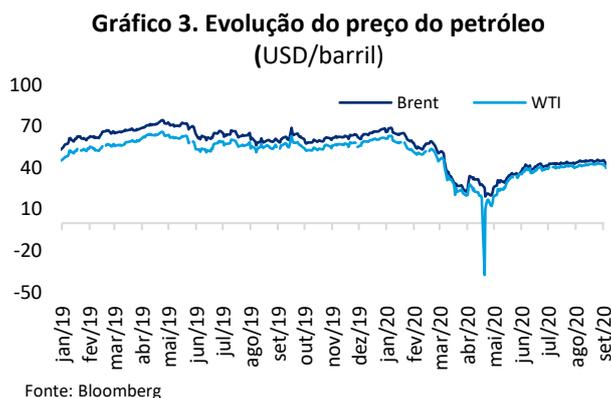
Mil barris por Dia	Meta de produção até Dezembro 2020	Produção efectiva de Setembro 2020	Grau de redução
<b>OPEP 10</b>	<b>21 815</b>	<b>21 610</b>	<b>101%</b>
Iraque	3 804	3 694	113%
Nigéria	1 495	1 461	110%
Emirados Árabes Unidos	2 590	2 533	110%
Angola	1 249	1 246	101%
Arábia Saudita	8 994	8 957	102%
Outros OPEP	3 683	3 719	96%
<b>Não-OPEP</b>	<b>12 604</b>	<b>14 298</b>	<b>63%</b>
Rússia	8 994	9 358	82%
Outros Países Não-OPEP	3 610	3 324	135%
<b>Total OPEP 10 e Não-OPEP</b>	<b>25 498</b>	<b>25 329</b>	<b>101%</b>

Fonte: OPEP/Bloomberg

<sup>4</sup> A guerra foi desencadeada após a não concretização de um acordo entre a OPEP e seus aliados para redução da produção, em Março deste ano, quando a Rússia recusou a proposta do cartel de um corte colectivo suplementar de 1,5 milhões de barris por dia até ao fim deste ano, uma decisão que teve resposta dos sauditas, ao produzir em níveis recordes de 12,3 milhões de barris por dia.

<sup>5</sup> O Cartel contou ainda com cortes voluntários de outros países, que habitualmente não integram estes acordos.

A Arábia Saudita tem desempenhado um papel importante na OPEP, tendo estado em todos os meses acima da sua meta. O país aumentou o seu nível de produção neste período, reduzindo assim o seu grau de execução de 138% em Junho para 102%. Entretanto, a boa execução global do cartel beneficiou dos cortes adicionais de determinados países em compensação do incumprimento nos cortes no início do acordo, como é o caso da Nigéria, Iraque e Angola. Assim, os preços do barril de petróleo voltaram a apresentar subidas, nos últimos 3 meses até Setembro, na ordem dos 30% em Londres e 46% em Nova York, tendo encerrado o terceiro trimestre acima dos 40 USD por barril em ambos mercados.



Entretanto, desde o início do ano, a queda dos preços estende-se a mais de 38% para o Brent e 34% para o WTI em Nova Iorque. Os preços mantêm-se assim pressionados devido a factores como:

1. Rápida propagação da COVID-19 e o conseqüente regresso a medidas restritivas, com impactos negativos sobre a procura;
2. Retoma da produção da Líbia após fim de conflitos internos;
3. Flexibilização dos limites de corte da OPEP+, como definido no início do acordo entre os grandes produtores.

# 2.

## Contexto Nacional

### 2.1. Contas fiscais e evolução da dívida pública interna

#### 2.1.1. Revisão da Programação Macroeconómica 2020 (PME) e Proposta do OGE 2021

- **Revisão da PME 2020**

No mesmo documento que serve de base à proposta do Orçamento Geral do Estado para 2021 (OGE 2021), o Governo apresentou uma revisão à Programação Macroeconómica de 2020 (PMER20), onde mostrou-se mais optimista para a maioria dos pressupostos utilizados, face aos assumidos no Orçamento Revisto, como se pode ver na tabela 6.

Entre os pressupostos revistos, destaca-se desde logo a previsão para o preço médio do petróleo que se espera agora que feche o ano nos 39 USD por barril, acima dos 33 USD inscritos no OGE revisto. Com esta melhoria no preço, espera-se que a execução das receitas fiscais petrolíferas fique 16% acima do previsto, o que melhorou a previsão do défice orçamental para 1,5%, abaixo dos 4% inicialmente previstos.

Apesar de melhorar a previsão do crescimento económico, a PMER20 confirma a expectativa de 5º ano consecutivo de recessão económica, devendo a economia cair 3,3%, uma descida menor do que a 3,6% do OGE inicial. As previsões também são melhores para os sectores petrolífero e não petrolífero, com contracções menos acentuadas, na ordem dos 6,3% e 2,0%, o que compara com as quedas de 7% e 2,1% respectivamente, avançadas anteriormente. Apenas a projecção da inflação ficou igual à avançada no início do ano.

- **Proposta do OGE 2021**

**Tabela 6. Pressupostos utilizados para a elaboração do OGE 2021**

	2020 OGER	2020 PMER	2021 OGE
Inflação fim do período (%)	25	25	19
Produção Petrolífera (MBbl)	470	471	446
Produção Petrolífera (Mil Bbl)/dia	1 284	1 288	1 220
Preço do petróleo bruto (USD/barril)	33	39	39
Taxa de Cresc, Produto Real (% chg)	- 4	-3	0
Petrolífero + Gás	- 7	-6	- 6
Não Petrolífero	- 2	-2	2

Fonte: MINFIN

\*OGE 2020 Revisto

A proposta de Orçamento Geral de Estado para 2021 destaca-se pela previsão de um crescimento nulo e o agravamento da contracção do sector petrolífero, não obstante pressupor-se um preço médio do petróleo maior do que a estimativa de fecho de 2020. O défice orçamental e a inflação deverão reduzir-se, enquanto espera-se que a economia não petrolífera cresça 2%.

- ✓ **Preço do petróleo** – O preço médio de 39 USD por barril em 2021 está acima da maior parte das projecções de instituições internacionais (49 USD), contudo, pode ser pouco conservador, uma vez que o cenário de regresso às medidas restritivas devido à COVID-19 combinado com a flexibilização dos cortes da OPEP pode pressionar o crescimento dos preços, o que constitui um risco às projecções.
- ✓ **Taxa de câmbio e inflação** – Espera-se uma desinflação em 2021, apesar de se estimar uma depreciação a volta de 30% da taxa de câmbio. O câmbio médio implícito na proposta do OGE deverá rondar os 747,348 USD/Kz<sup>6</sup> o que mostra a continuidade da depreciação da moeda nacional. Ainda assim, o documento aponta para uma taxa de inflação acumulada de 19%, 6 pontos percentuais abaixo da estimativa de fecho de 2020.
- ✓ **Produção petrolífera nacional** – A estimativa de produção de 1,22 milhões de barris diários corresponde a uma queda de cerca de 5% face a 2020, sendo ainda explicada pela incapacidade do Governo de ultrapassar os desafios do declínio natural de alguns campos e da falta de investimento em prospecção nos últimos anos. A produção petrolífera nacional vai cair apesar da OPEP flexibilizar os limites de cortes para 2021;
- ✓ **Crescimento do PIB** – A economia deverá estagnar em 2021, interrompendo assim o ciclo de quedas anuais. O PIB não petrolífero deverá subir ligeiramente, sustentado sobretudo pelo desempenho dos sectores mineral (excluindo petróleo), energia e agricultura. Quando incluído a exploração de gás, o sector petrolífero estende a sua queda para 6% em 2021.

Tabela 7. Quadro Macrofiscal 2020-2021

mil Milhões de Kz	2020*	2021	Var.	% PIB	
				2020	2021
Receitas	6 125	7 922	↑29%	19,2	18,9
Petrolíferas	2 952	4 059	↑38%	9,3	9,7
Não petrolíferas	2 329	3 063	↑32%	7,3	7,3
Outros	845	845	0%	2,6	2,0
Despesas	7 393	8 861	↑20%	23,2	21,1
Despesas correntes	5 931	7 350	↑24%	18,6	17,5
Remuneração dos Empregados	2 182	2 472	↑13%	6,8	5,9
Bens e Serviços	1 028	1 382	↑34%	3,2	3,3
Juros	1 967	2 602	↑32%	6,2	6,2
Externos	1 041	1 570	↑51%	3,3	3,7
Internos	927	1 032	↑11%	2,9	2,5
Transferências	753	894	↑19%	2,4	2,1
Subsídios	217	210	↓3%	0,7	0,5
Despesas de capital	1 462	1 511	↑3%	4,6	3,6
Défice	- 1 268	- 938	↓26%	- 4,0	- 2,2
Financiamento interno (líquido)	- 140	- 822	↑487%	- 0,4	- 2,0
Desembolsos	4 067	2 191	↓46%	12,8	5,2
Amortizações	- 3 703	- 2 921	↓21%	- 11,6	- 7,0
Financiamento externo (líquido)	1 408	1 760	↑25%	4,4	4,2
Desembolsos	3 262	3 996	↑22%	10,2	9,5
Amortizações	- 1 854	- 2 235	↑21%	- 5,8	- 5,3

Fonte: MINFIN

\*OGE 2020 Revisto

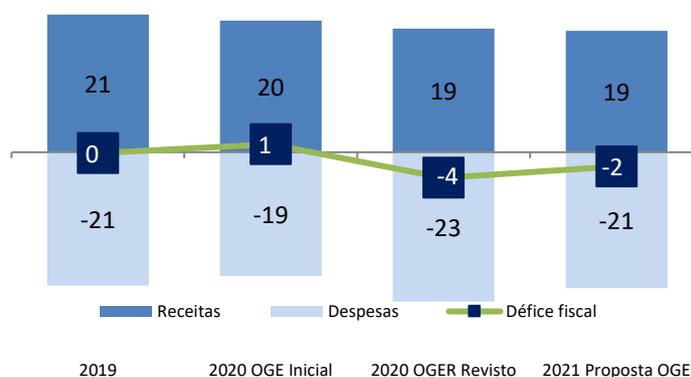
Prevê-se que as receitas fiscais a serem arrecadadas no próximo ano atinjam os 7 922 mil milhões de Kz, uma subida de 29% se comparadas às previstas no OGE 2020 Revisto. A subida é explicada pelo aumento esperado quer nas receitas petrolíferas (+38%) como nos impostos não petrolíferos (+32%). Excluindo a depreciação cambial, o crescimento da receita vinda do sector

<sup>6</sup> Não obstante a taxa de câmbio não ser divulgada, deduziu-se a taxa de câmbio através das receitas petrolíferas, tendo como referência a taxa efectiva para imposto petrolífero 31,2% utilizada em 2016, altura em que o preço do petróleo foi similar ao actual.

petrolífero deverá ser mais moderado ficando a volta de 5%. O peso dos impostos petrolíferos no PIB deverá aumentar de 9,3% para 9,7%, enquanto os impostos não petrolíferos deverão se manter nos 7,3% do PIB.

Do lado das despesas, haverá um aumento de 20% para 8 861 mil milhões de Kz, embora do ponto de vista relativo, represente uma queda do seu peso em relação ao PIB, de 23% para 21%. O aumento nominal terá por base a subida esperada nas despesas com juros (+32%), aquisição de bens e serviços (+34%) e com a remuneração da função pública (+13%). Realce para a queda de 3% nos gastos com os subsídios (-3%), o que está associada ao processo de reforma dos subsídios. A proposta do OGE explica que em 2021 deverá ser implementada a segunda fase do referido processo, onde se prevê o ajustamento das tarifas dos transportes públicos, bem como dos preços dos derivados de petróleo, sendo que para estes últimos, o objectivo último é o da implementação de um mecanismo de precificação automática.

**Gráfico 4. Evolução da Receita, Despesa e Déficit Fiscal (em % do PIB)**



Fonte: MINFIN

O déficit fiscal deverá se manter em 2021, situando-se nos 938 mil milhões de Kz, o que representa 2% do PIB, uma melhoria em relação ao déficit de 4% previsto para 2020. Para financiar este déficit, o OGE prevê a obtenção de 6 187 mil milhões de Kz em financiamentos, dos quais 65% serão obtidos no mercado externo. O menor déficit orçamental implicou uma redução em 16% nos desembolsos.

Quanto à despesa financeira, Angola deverá pagar um total de 7 758 mil milhões de Kz em 2021 (amortização + juros), um aumento de 3% face à previsão de 2020. Prevê-se uma redução no pagamento da dívida interna, enquanto a dívida externa, quando convertida em dólares, deverá se manter a volta dos 5 mil milhões de USD.

Sem considerar as operações de dívida, o sector social detém a maior parte da despesa fiscal, com um peso de 19%, totalizando 2 776 mil milhões de Kz. O valor terá um incremento de 15% face a 2020, explicado por aumentos nos gastos com a educação (+16%), protecção social (+33%) e habitação e serviços comunitários (+27%). Importa referir que, o valor alocado ao sector económico tem o menor peso (7% da despesa total) entre todos os sectores, com cerca de 1 089 mil milhões de Kz, onde se destacam gastos com combustíveis e energia que deverão ter a maior fatia (402 mil milhões de Kz) e, ao mesmo tempo, o maior aumento (+32%).

**Tabela 8. Divisão funcional da despesa (mil milhões de Kz)**

	OGE 2020 Revisto	OGE 2021	var.	% Despesa Total	% PIB
Sector Social	2 414	2 776	15%	19%	7%
Educação	870	1 009	16%	7%	2%
Saúde	817	842	3%	6%	2%
Protecção Social	423	560	33%	4%	1%
Habitação e Serviços Comunitários	244	310	27%	2%	1%
Recreação, Cultura e Religião	47	44	-6%	0%	0%
Protecção Ambiental	13	10	-23%	0%	0%
Sector Económico	944	1 089	15%	7%	3%
Agricultura, Sicultura, Pesca e Caça	257	273	6%	2%	1%
Transportes	306	325	6%	2%	1%
Combustíveis e Energia	306	402	32%	3%	1%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	38	32	-14%	0%	0%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	19	39	111%	0%	0%
Comunicações e Tecnologias da Informação	18	17	-9%	0%	0%
Investigação e Desenvolvimento	0	0	-19%	0%	0%
Outras Actividades Económicas	0	1	113%	0%	0%
Defesa, Segurança e Ordem Pública	1 175	1 335	14%	9%	3%
Defesa	586	627	7%	4%	2%
Segurança e Ordem Pública	589	707	20%	5%	2%
Serviços Públicos Gerais	1 398	1 830	31%	12%	4%
Órgão Legislativos	28	34	23%	0%	0%
Órgão Judiciais	49	54	10%	0%	0%
Órgão Executivos	802	930	16%	6%	2%
Assuntos Financeiros e Fiscais	226	516	128%	4%	1%
Relações Exteriores	53	59	12%	0%	0%
Serviços Públicos Gerais De Investigação E Desenvolvimento	-	6	0%	0%	0%
Ajuda Económica e Externa	1	1	-3%	0%	0%
Serviços Gerais	217	204	-6%	1%	1%
Outros Serviços Gerais Da Administração Pública	22	22	2%	0%	0%
Despesa Financeira	7 525	7 757	3%	53%	19%
Total Orçamento Geral do Estado	13 455	14 785	10%	100%	35%

Fonte: MINFIN

### • Principais alterações fiscais propostas no OGE 2021

- i. Desagravamento para 5% da taxa de IVA sobre a importação ou compra e venda de insumos agrícolas;
- ii. Sujeição da exploração e prática de jogos de fortuna ou azar e de diversão social, bem como as respectivas comissões e todas as operações relacionadas à taxa de IVA de 14%;
- iii. Criação do Regime Simplificado do IVA<sup>7</sup>, em substituição dos Regimes Transitório e de Não Sujeição, aplicável aos sujeitos passivos com volume de negócios ou de importações iguais ou inferiores a 350 milhões de Kz, excluindo-se os sujeitos passivos da indústria transformadora;
- iv. Retenção de 2,5% de IVA sobre os recebimentos obtidos nos terminais de pagamento automático, relativos às transmissões de bens e prestações de serviços efectuados pelos sujeitos passivos;
- v. Na pauta aduaneira, é estabelecida uma dispensa do procedimento de despacho e do pagamento dos direitos aduaneiros para as mercadorias expedidas pelos correios por intermédio de operadores de correio ou carga expresso, ou contidas na bagagem pessoal, desde que se considerem bens de uso pessoal, transportados em quantidades reduzidas e que não excedam por remessa ou por viajante o valor de 880 mil Kz;

<sup>7</sup> Os sujeitos passivos do regime simplificado apuram o imposto devido mensalmente mediante a aplicação da taxa de 7% sobre o volume de negócios efectivamente recebidos de operações não isentas, incluindo os adiantamentos ou pagamento antecipados, com direito à dedução de 7% do total do imposto suportado.

- vi. Alargamento do prazo de caducidade de obrigações tributárias referentes ao exercício de 2015 para 31 de Dezembro de 2021;
- vii. Fixação em 6,5%, do imposto industrial que incide sobre o valor global dos serviços acidentais, prestados por empresas, sem sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola, às operadoras petrolíferas, com sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola.

### 2.1.2. Terceira revisão do programa de financiamento do FMI a Angola

No dia 16 de Setembro deste ano, o Conselho Executivo do FMI aprovou a terceira revisão do programa de financiamento (*Extended Fund Facility*, EFF) a Angola, permitindo o desbloqueio de mais 1 000 milhões de USD, elevando para 2,5 mil milhões de USD o total dos desembolsos feitos até ao momento.

**Tabela 9. Desembolsos do financiamento**

Desembolso	Descrição	Valor ( USD)
1º	Imediato	990,70
2º	Conclusão da 1ª avaliação	248,15
3º	Conclusão da 2ª avaliação	247,00
4º	Conclusão da 3ª avaliação	1 000,00
<b>Total</b>		<b>2 485,85</b>

Fonte: IMF Country Report No. 20/281

Nesta revisão, o FMI decidiu aumentar, em 765 milhões de USD, o valor global do acordo, que passou de 3,7 mil milhões USD para 4,5 mil milhões de USD. O aumento do limite de concessão tem como objectivo ajudar as autoridades angolanas no combate aos efeitos da COVID-19, mitigar o impacto económico e perseverar na implementação de reformas estruturais.

O FMI considerou satisfatória a implementação das medidas previstas no programa económico ao abrigo do EFF. O quadro que se segue resume os critérios de desempenho e indicativos do programa, dos quais a maior parte foi cumprida, com excepção da “não acumulação de dívida externa atrasada pelo Governo Central e pelo BNA” devido a questões relacionadas com procedimentos de *compliance*.

**Tabela 10. Indicadores de avaliação do programa**

Descrição	Target	Status
<b>Critérios de desempenho</b>		
Reservas internacionais líquidas (M USD)	8 258	Satisfeito
Stock de crédito do BNA ao Governo Central (GC) (mM Kz)	250	Satisfeito
Limite máximo da base monetária (mM Kz)	2 311	Satisfeito
Déficit fiscal primário não petrolífero do GC (mM Kz)	1 033	-
Não acumulação de atrasados pelo GC e BNA (M USD)	52	N/Satisfeito
Limite máximo de nova dívida garantida por petróleo pelo GC, BNA e Sonangol (M USD)	0	Satisfeito
<b>Critérios indicativos</b>		
Stock de dívida pública (GC e Sonangol) (mM Kz)	42 994	-
Limite máximo com gastos sociais (mM Kz)	622	-
Limite de acumulação líquida no stock de atrasados do GC (mM Kz)	250	Satisfeito
Limite acumulado do desembolso da dívida externa colateralizada com petróleo GC (M USD)	400	Satisfeito
Limite de emissão de dívida garantida pelo GC (M USD)	200	Satisfeito

Fonte: IMF Country Report No. 20/281

Quanto aos 12 objectivos estruturais propostos anteriormente, foram considerados cumpridos os seguintes:

- i. Remoção do imposto de selo sobre operações de cambiais (Alterar o Decreto Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, 2014).
- ii. Submissão na Assembleia de um conjunto de medidas de forma a mobilizar receitas não petrolíferas, maioritariamente através de reformas nos impostos sobre o rendimento pessoal e sobre a posse de propriedades;
- iii. Conclusão do processo de avaliação da qualidade dos activos do sistema bancário;
- iv. Pagamentos dos atrasados do Estado e redução de 50% dos pagamentos atrasados acumulados até finais de 2017 pelo Governo Central e não registados no seu sistema de gestão financeira;
- v. Eliminação das restrições informais sobre levantamentos de depósitos em moeda estrangeira;

### 2.1.3. Colocação líquida da dívida titulada

A dívida pública titulada emitida nos primeiros nove meses deste ano atingiu 1 215 mil milhões de Kz, representando um aumento de 64% face à dívida obtida no mesmo período de 2019. Registou-se um aumento de 124% nas emissões de Obrigações do Tesouro (OT) para 686 mil milhões de Kz e de 22% nas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT) para 529 mil milhões de Kz. Estes valores de emissão representam um rácio de procura sobre a oferta de 51% e de 45%, respectivamente.

**Tabela 11. Emissão de títulos públicos (Janeiro a Setembro)**

mil milhões de Kz	2019	2020	var.	Grau de execução	
BT	Oferta	1 916	1 187	-38%	
	Emissão	435	529	22%	68%
	Resgate	683	336	-51%	69%
	C. Líquida	- 248	193	-178%	
OT	Oferta	631	1 334	111%	
	Emissão	306	686	124%	65%
	Resgate	492	1 704	246%	57%
	C. Líquida	- 186	- 1 018	447%	
Total Emissão	741	1 215	64%		
Total Resgate	1 176	2 040	74%		

Fonte: BNA/SIGMA

**Tabela 12. Evolução das taxas de juros dos títulos públicos**

Instrumento	2019	2020
	Set.	Set.
BT 182 dias	-	18,00%
BT 364 dias	14,68%	19,00%
OTNR 2 anos	22,00%	24,00%
OTNR 3 anos	23,25%	24,25%

Fonte: SIGMA

Entre Janeiro e Setembro, o Tesouro amortizou dívidas no valor de 2 040 mil milhões de Kz, sendo que a maior parte deste valor, cerca de 1 704 mil milhões de Kz, foram pagamentos de Obrigações do Tesouro, um aumento significativo face a 2019. Por seu lado, os resgates de BT caíram 51% para 336 mil milhões de Kz.

As taxas de juro dos títulos subiram, com realce para os BT, cujas taxas para as maturidades de 182 e 364 dias fecharam o mês de Setembro nos 18% e 19%, superior às observadas no mesmo período de 2019. Já para as OT, as taxas das emissões para as obrigações não reajustáveis também evidenciaram aumentos para 24% e 24,25% para os prazos de 2 e 3 anos.

O ano de 2020 tem sido caracterizado pelas acções de negociação do pagamento de no mínimo metade da dívida detida pelos principais credores (*rollover*<sup>8</sup>), uma estratégia que consta do Decreto Presidencial n.º 96/20 das medidas gerais aprovadas antes da revisão do OGE 2020 para conter o impacto da COVID-19 nas contas públicas.

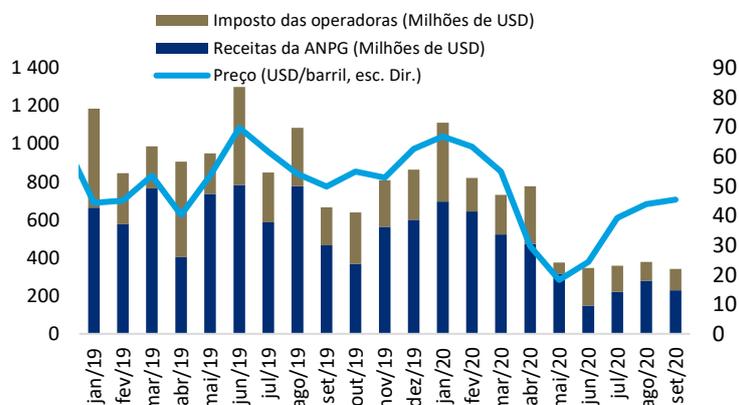
#### 2.1.4. Arrecadação de receitas petrolíferas e diamantíferas

- **Petrolíferas**

A receita fiscal petrolífera caiu 40% nos primeiros nove meses de 2020, totalizando 5,2 mil milhões de USD. Os impostos das operadoras reduziram significativamente neste período, passando de 3 mil milhões de USD para 1,7 mil milhões de USD. O mesmo se verificou na receita da Concessionária (Agência Nacional de Petróleo e Gás – ANPG), cujo valor desceu 39% para 3,5 mil milhões de USD.

Como explicação para a descida, estão os baixos preços de exportação das ramas angolanas, que durante estes nove meses atingiram uma média de 43 USD, 18% abaixo do verificado no mesmo período de 2019. A quantidade exportada também desceu, cerca de 4%, para cerca de 40 milhões de barris, aproximadamente, 1,3 milhões de barris por dia.

**Gráfico 5. Receitas petrolíferas vs preço de exportação**



Source: MINFIN

A diminuição dos impostos totais foi maioritariamente explicada pela queda de 41% do Imposto sobre o Rendimento de Petróleo para 1,4 mil milhões de USD (80% do total de impostos) e pela redução de 44% do Imposto sobre a Produção de Petróleo para 264 milhões de USD (peso de 15%).

Quanto às exportações petrolíferas por blocos, observa-se que os blocos 0A, 15, 17 e 32 correspondem a mais de 70% do total, com realce para o peso do bloco 17.

<sup>8</sup> Adiamento do pagamento de dívidas de títulos públicos.

O actual contexto que o sector petrolífero enfrenta deverá continuar a impor elevados desafios para a arrecadação de receitas e para os níveis de produção, ficando ainda mais difícil a implementação dos esforços anunciados pelo Governo para a contenção do declínio da produção petrolífera que já se verifica no país há algum tempo.

Para 2021, o Governo admitiu, no quadro de referência macroeconómica, que se espera que a produção volte a contrair, como resultado da incapacidade de ultrapassar rapidamente os desequilíbrios originados com a conjuntura de 2020, do declínio natural de alguns campos e da falta de investimento em prospecção nos últimos anos.

**Tabela 13. Exportação petrolífera por bloco  
(milhões de barris)**

Descrição	2019 (Jan-Set)	2020 (Jan-Set)	Variação
BLOCO 0 A	43,5	36,6	-15,8%
BLOCO 0 B	17,0	15,6	-8,3%
BLOCO 2/05	0,6	0,6	13,1%
BLOCO 2/85	0,0	0,0	0,0%
BLOCO 3/05	5,2	5,2	0,5%
BLOCO 4/05	3,3	0,7	-77,0%
BLOCO 14	15,4	14,8	-4,3%
BLOCO 14 K/A-IMI	1,6	0,9	-44,4%
BLOCO 15	60,8	53,2	-12,5%
BLOCO 15/06	37,3	31,3	-16,0%
BLOCO 17	120,1	100,4	-16,4%
BLOCO 17/06	0,0	0,0	0,0%
BLOCO 16	0,0	12,5	0,0%
BLOCO 18	14,2	14,6	2,4%
BLOCO 31	21,3	22,2	4,2%
BLOCO 32	37,3	51,3	37,4%
Zona Sul Terrestre Cabinda	0,1	0,2	19,6%
BLOCO FS/FST	0,3	0,4	17,2%
BLOCO 25	0,0	0,0	0,0%
BLOCO 33	0,0	0,0	0,0%
BLOCO 39	0,0	0,0	0,0%
Bloco 03/05A	0,0	0,0	0,0%
Bloco 40	0,0	0,0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>377,9</b>	<b>360,4</b>	<b>-4,6%</b>

Fonte: MINFIN

- **Diamantíferas**

Quanto à arrecadação de receitas diamantíferas, regista-se uma subida de 6,6% para 66 milhões de USD entre Janeiro e Setembro, dos quais 51 milhões de USD correspondem aos *royalties* (+72,9%) e o restante originário do imposto industrial cobrados às operadoras (-63,5%).

O aumento das receitas é explicado pela subida de 30,4% do preço médio do quilate, que passou de 357,8 USD para 466,8 USD, o que ajudou a compensar a queda de 31,2% na produção que atingiu 4,4 milhões de barris.

**Gráfico 6. Receitas fiscais diamantíferas**

Fonte: MINFIN

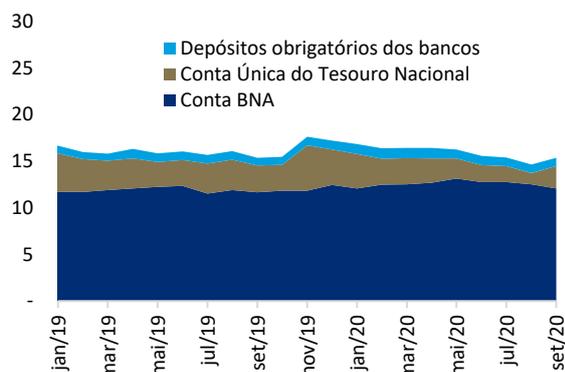
## 2.2. Contas externas

O saldo acumulado da conta de bens deteriorou-se entre Janeiro e Junho<sup>9</sup>, tendo atingido 5,2 mil milhões de USD, 41,5% abaixo dos 8,8 mil milhões de USD registados no primeiro semestre de 2019. A descida do saldo é explicada pela queda das exportações na ordem dos 43% para se situarem nos 9,5 mil milhões de USD. A venda de petróleo, com um peso de 90,9%, foi a rubrica que mais influenciou para a redução do saldo ao ter recuado 44%. Do lado das importações, que também desceram, realce para o valor gasto com a compra de combustíveis, que diminuiu cerca de 55%.

**Tabela 14. Conta de Bens (mil milhões de Kz)**

Descrição	2019		var.
	Jan. - Jun.	Jan. - Jun.	
<b>Exportações</b>	<b>16,7</b>	<b>9,5</b>	<b>-43%</b>
Petróleo	15,1	8,4	-44%
Diamantes	0,6	0,5	-18%
Outros	0,9	0,6	-39%
<b>Importações</b>	<b>7,8</b>	<b>4,3</b>	<b>-45%</b>
Combustíveis	0,9	0,4	-55%
Alimentos	1,3	1,0	-25%
Outros	5,6	2,9	-48%
<b>Saldo</b>	<b>8,8</b>	<b>5,2</b>	<b>-42%</b>

Fonte: BNA

**Gráfico 7. Reservas Internacionais Brutas (mil milhões USD)**

Fonte: BNA

O facto de as importações terem recuado muito mais do que as exportações, retirou alguma pressão sobre a evolução das Reservas Internacionais Líquidas (RIL), o que atenuou a queda homóloga desta para apenas 8%, abaixo da queda de 15% verificada nos 12 meses anteriores. As RIL desceram para 9,3 mil milhões de USD no final de Setembro deste ano, ligeiramente abaixo dos 10,1 mil milhões de USD do mesmo mês do ano passado. A queda acumulada deste ano é maior, estendendo-se para 21%.

<sup>9</sup> Informação disponível até 17 de Novembro 2020.

Por seu lado, as Reservas Internacionais Brutas (RIB) desceram para 15,4 mil milhões de USD, comparativamente aos 15,3 mil milhões de USD do período homólogo (17,2 mil milhões de USD no final de 2019).

A parte detida pelo BNA (mais de 70% das RIB) e os depósitos obrigatórios em moeda estrangeira aumentaram 3% e 9%, respectivamente nos últimos 12 meses, ao passo que os depósitos da Conta Única do Tesouro Nacional em Moeda Estrangeira (CUT ME) recuaram 16%.

Com a redução das receitas fiscais petrolíferas e o menor endividamento público titulado interno, pode-se inferir que o Ministério das Finanças tem esterilizado moeda de forma a financiar as suas despesas correntes, sendo este o principal motivo da redução das reservas internacionais do País, o que pode justificar o facto de ter sido a única rubrica a cair entre as componentes das RIB.

Visando conter a queda das RIL e impor um maior controlo sobre os recursos a serem transferidos para o exterior, o BNA iniciou, no fim do terceiro trimestre, um processo de reavaliação de contratos de prestação de serviços celebrados entre entidades residentes e não residentes cambiais, culminando com a suspensão de alguns destes.

### 2.2.1. Evolução do rating de Angola e impactos na economia

Angola tem sido apontada como um dos países que mais tem sofrido com os efeitos da COVID-19 e do actual contexto do sector petrolífero. Esta perspectiva levou as três agências de notação financeira que acompanham o país a reduzirem as suas classificações neste ano.

Entre Janeiro e Setembro, a Fitch e a Standard & Poor's reduziram os seus ratings de longo prazo, por duas vezes, fixando-os em CCC+ e CCC, respectivamente. Por seu lado, a Moody's, que tinha colocado Angola sob vigilância, desceu o rating para Caa1, também um nível de não investimento.

**Tabela 15. Rating de Angola a 31/09/2020**

Moody's			S&P			Fitch		
Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo
Nota	Outlook	Nota	Nota	Outlook	Nota	Nota	Outlook	Nota
Caa1	Estável	NP	CCC+	Estável	C	CCC	-	C

Fonte: Bloomberg

Na generalidade, na base destas decisões está o impacto da queda do preço do petróleo, da produção petrolífera e a depreciação cambial acima da esperada, o que aumentou os níveis da dívida indexada e externa, quando convertida em Kwanza.

O impacto destas decisões na economia angolana pode ser visto de duas formas:

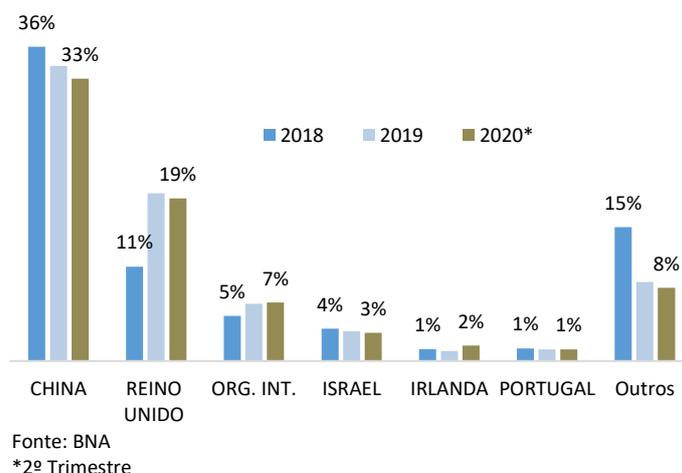
- (i) De um lado, está o aumento da dificuldade de Angola para voltar a financiar-se nos mercados internos e externos, uma vez que o corte de rating deteriora a confiança dos investidores na dívida angolana. Isto pode ser confirmado com a inversão da tendência de queda das yields das *eurobonds* do País em Setembro. Este cenário ocorre numa altura de baixa arrecadação de receitas petrolíferas e de elevadas exigências com gastos para conter os efeitos adversos da COVID-19;

(ii) De outro lado, tem-se o impacto no balanço dos bancos devido ao registo de maiores imparidades, o que implica menores resultados e afecta a sua capacidade de concessão de crédito à economia. O actual contexto aumenta o risco de incumprimento, não só do Estado como das empresas e das famílias. O impacto “downgrades” é adverso para toda a economia, com realce para a banca, num contexto em que o sector já enfrenta o recente aumento do imposto industrial, a introdução da taxa custódia e um rácio de créditos sem performance bastante elevado.

- **Evolução da dívida externa e contratação de novos financiamentos**

A dívida externa bruta total de Angola manteve-se sem alteração no segundo trimestre a volta dos 67 mil milhões de USD. Entretanto, o valor constitui um aumento de 4,2% face ao período homólogo de 2019. Por países, a dívida à China destaca-se com um total de 21,8 mil milhões de USD, um peso de 33% sobre a dívida total. Entretanto, nota-se que o peso da dívida ao Governo chinês tem diminuído, se comparado aos 33% de 2018. O Reino Unido também representa uma fonte importante de endividamento para o país, detendo 18,8% de toda a dívida angolana, cerca de 12,6 mil milhões de USD.

**Gráfico 8. Peso da dívida por países (%)**



Desde o início do ano foram obtidos vários outros financiamentos e linhas de crédito, dos quais destacam-se o de 1,5 mil milhões de USD, disponibilizados pela instituição financeira alemã KFW IPEX - Bank GmbH, o financiamento de 1,1 mil milhões de USD do Governo da Alemanha, para a aquisição de turbinas, comportas, alternadores e outros equipamentos para a barragem de Caculo Cabaça.

Importa também realçar os financiamentos para o projecto de abastecimento de água do BITA, no valor global de 1,1 mil milhões de USD, concedido pelo consórcio de bancos liderados pelo Standard Chartered Bank, de Hong Kong, no qual integram BNI Paribus, Credit Agricole Corporate and Investments Bank e outras instituições financeiras subscritoras.

Tabela 16. Destaques dos principais financiamento contratados de Janeiro a Setembro de 2020

Instrumento	Data	Síntese	Entidades envolvidas		Valor (milhões de USD)
			Nacional	Estrangeira	
Despacho Presidencial n.º 120/20	03 de Setembro de 2020	Financiamento para aquisição de bens equipamentos móveis para o Governo Provincial de Luanda	Ministério das Finanças	HSBC Bank Plc e African Export-Import Bank e outros	205,90
Despacho Presidencial n.º 116/20	01 de Setembro de 2020	Financiamento do programa de construção das vias urbanas do Zaire - Fase II	Ministério das Finanças	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	90,60
Despacho Presidencial n.º 82/20	08 de Junho de 2020	Financiamento do projecto de abastecimento de água do BITA	Ministério das Finanças	Standard Chartered Bank (Hong Kong), BNI Paribus, Credit Agricole Corporate and Investments Bank   Agência Francesa de Crédito à Exportação	1 077,00
Despacho Presidencial n.º 57/20	08 de Junho de 2020	Financiamento ao projecto de melhoria das actividades dos pequenos produtores	Ministério das Finanças	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Árabe de desenvolvimento de África	106,20
Despacho Presidencial n.º 43/20	18 de Abril de 2020	Financiamento da Fase I do programa de eficiência e expansão do sector de energia	Ministério das Finanças	Banco Africano de Desenvolvimento	530,00
Não Disponível1	10/02/2020	Linha de Financiamento para a construção da barragem de Caculo Cabaça	MINEA	Governo da Alemanha	1 060,00
Despacho Presidencial n.º 17/20	06 de Fevereiro de 2020	Acordo-Quadro de Financiamento para a concessão de uma linha de crédito	Ministério das Finanças	KFW IPEX- Bank GmbH	1 500,00
Não Disponível2	08 de Janeiro de 2020	Financiamento para o recencimento da agricultura, pecuária e pescas	Ministério da Agricultura e Pescas	Banco Mundial	24,00
<b>Total</b>					<b>4 297,20</b>

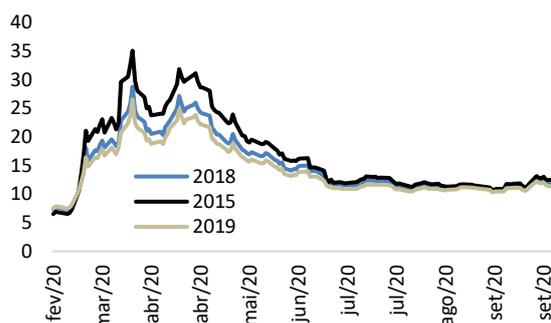
Fonte: Compilação

[2/https://opais.co.ao/index.php/2020/01/08/banco-mundial-disponibiliza-mais-de-usd-20-milhoes-para-o-rapp/](https://opais.co.ao/index.php/2020/01/08/banco-mundial-disponibiliza-mais-de-usd-20-milhoes-para-o-rapp/)  
[1/http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/economia/2020/1/6/Alemanha-financia-hidroelectrica-Caculo-Cabaca,76cc9b8f-0d9c-468d-a8ee-da6fe9e310a1.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2020/1/6/Alemanha-financia-hidroelectrica-Caculo-Cabaca,76cc9b8f-0d9c-468d-a8ee-da6fe9e310a1.html)

Para este ano, o Plano Anual de Endividamento estabelecia a emissão de novas *eurobonds*. A medida chegou mesmo a ser aprovada no mês de Março, no Despacho Presidencial n.º 44/20, no valor de 3 mil milhões de USD. No entanto, este objectivo foi adiado, dada à actual conjuntura de maiores riscos percebidos pelos investidores no mercado externo em relação à economia de Angola. O aumento do risco reflectiu-se na subida das *yields* das obrigações emitidas anteriormente. Após o colapso do preço do barril do petróleo nos mercados internacionais no mês de Abril, ficou evidente a grande correlação que este tem com o comportamento das *yields* angolanas, ao terem subido de forma significativa nessa altura.

O valor das *yields* das *eurobonds* angolanas voltou a descer atingindo no final do segundo trimestre para níveis verificados antes de Abril. A título de exemplo, a *yield* a 10 anos, das primeiras *eurobonds* do país efectuadas em 2015 caiu para perto de 13%, após os cerca de 32% de 21 de Abril. Entretanto, os meses mais recentes, evidenciam uma tendência ligeira de aumento das taxas, o que se pode associar à divulgação das Contas Nacionais, que revelou uma queda mais agravada do PIB nacional, num contexto de maior depreciação do câmbio e aumento da dívida pública.

Gráfico 9. Eurobonds (Yields 10 anos)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 10. Eurobonds (Yields 30 anos)



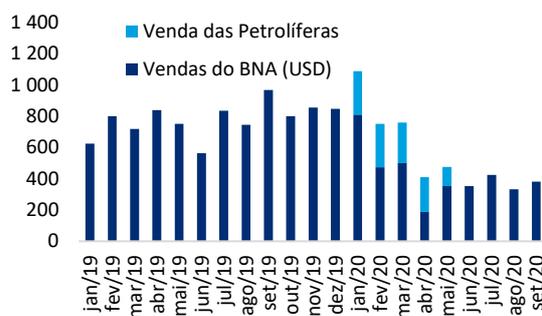
Fonte: Bloomberg

### 2.3. Mercado cambial

Entre Janeiro e Setembro, o volume de vendas de divisas efectuadas pelo BNA diminuiu 44,2% para o equivalente a 3,8 mil milhões de USD, comparativamente ao mesmo período de 2019. Adicionalmente, do lado das petrolíferas foram vendidos nos primeiros 5 meses do ano, período para o qual há dados disponíveis, um total de 1,2 mil milhões de USD.

Evidentemente, a descida do volume vendido pelo BNA está também relacionada com o regresso da medida que permite a venda das petrolíferas directamente aos bancos comerciais. Ainda assim, até Maio, a soma dos leilões do BNA e os montantes vendidos pelas petrolíferas aos bancos já mostravam uma queda de 27%.

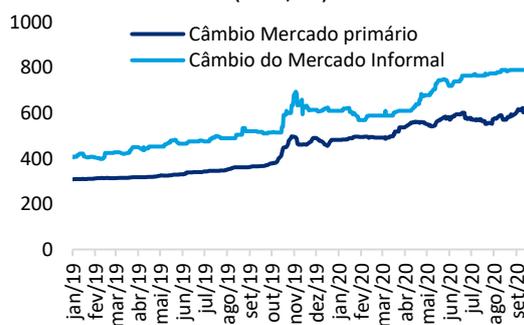
Gráfico 11. Venda mensal de divisas (Milhões de USD)\*



Fonte: INE

\*Dados para venda das petrolíferas indisponíveis desde Junho.

Gráfico 12. Taxa de câmbio média (USD/Kz)



Com esta evolução da oferta de divisas, desde o início do ano a moeda nacional depreciou<sup>10</sup> 28,4% face ao dólar e 33,9% frente ao euro. No mercado informal, o Kwana depreciou praticamente na mesma magnitude, cerca de 28,7% em relação ao dólar e 35,8% face ao euro, o que fez com que o diferencial entre os dois mercados se mantivesse a volta dos 26%.

<sup>10</sup> Após a eliminação do tecto de 2%, que anteriormente limitava o spread dos bancos, importa agora ser acompanhada a evolução do câmbio no mercado secundário (preçário dos bancos), que, em termos médios, se situou em um *spread* de até 3% face ao câmbio de referência. Apesar de ter aumentado, observou-se uma demora, por parte dos bancos, no aumento deste *spread* nos primeiros dias após a eliminação do tecto, embora posteriormente se tenha verificado, por parte dos bancos, uma maior liberdade na fixação de preçário.

A eliminação da exigência de apresentação de documentos ao banco para suportar a compra de divisas por particulares aliada às medidas de combate à COVID-19 que limitaram as viagens ao exterior reforçaram a tese de que o mercado cambial informal é suportado essencialmente por operações de particulares. Com base em pesquisas junto dos seus operadores, pode-se deduzir que a dimensão deste mercado reduziu significativamente, sendo que a pressão sobre a taxa de câmbio deste segmento decorre mais de actos especulativos do que do confronto entre a venda e uma procura efectiva.

O ano de 2020 tem sido ainda de ajustes para maior flexibilização do mercado cambial. Neste sentido, têm sido aprovadas um conjunto de medidas, com impactos importantes, algumas das quais foram comentadas com maior profundidade em edições anteriores deste relatório<sup>11</sup>.

**Tabela 17. Destaque das principais medidas do mercado cambial até 31 de Setembro 2020**

Instrumento	Medida destaques	Impactos
Aviso nº 12/2019 de 2 de Dezembro	Aumentou o limite para operações privadas e eliminou a necessidade de se apresentarem documentos comprovativos de viagens na compra de divisas.	Indicação de maior flexibilização do mercado e impacto na gestão das necessidades do mercado.
Aviso nº 13/2019 de 2 de Dezembro	Estabeleceu o retorno das compras de divisas pelos bancos directamente às empresas petrolíferas.	1) Maior flexibilização do mercado; 2) Livre negociação das taxas de câmbio.
Aviso nº 14/2019 de 2 de Dezembro	Reduziu o limite da posição cambial dos bancos de 5% para 2,5%.	Dinamização do MMI (USD) e devolução rápida das divisas excessivas ao BNA.
Instrutivo nº 01/2020 de 10 de Janeiro	Exigiu um prazo máximo de 5 dias úteis para os bancos executarem as operações.	Rapidez na execução dos pedidos de clientes com impacto na posição cambial e margem e resultados cambiais.
Aviso nº 01/2020 de 09 de Janeiro	Autorizou a execução de operações de importação de mercadorias com prazo de liquidação superior a 360 dias sem autorização prévia do BNA.	Perseguição a um mercado cambial mais flexível, com impacto na melhoria da actividade económica;
Instrutivo nº 02/2020 de 30 de Março	Implementou a utilização da plataforma de negociação da Bloomberg, o FXGO, onde os bancos ficaram obrigados a efectuar as suas operações de compra e venda de moeda estrangeira, bem como as empresas petrolíferas a efectuarem as suas vendas aos bancos.	1) Busca de uma taxa de câmbio que reflecte efectivamente as forças de mercado; 2) Maior transparência nas compras de divisas e maior liberdade nas negociações.
Instrutivo nº 03/2020 de 30 de Março	Estabeleceu a publicação de um câmbio de referência, que passa a corresponder à média aritmética da cotação de compra e venda publicada no FXGO (meramente informativa, não utilizada em operações de mercado).	1) Bancos com maior liberdade na definição de preços; 2) O BNA deixou, assim, de publicar os câmbios de compra e venda, uma medida consistente com a intenção de comunicar ao mercado maior liberdade na definição de preços.
Aviso nº 13/2020, de 29 de Maio	Regulamentou a entrada das diamantíferas no mercado cambial (compra e venda de divisas).	Maior número de intervenientes no mercado, sobretudo do lado da oferta de moeda.
Directiva nº 01/DMA/2020 de 12 de Junho	Obrigou o registo de operações de compra ou venda de moeda estrangeira realizadas pelos bancos de montantes iguais ou superiores a 50 mil USD ou o equivalente noutra moeda na plataforma Bloomberg FXGO.	Condução gradual das transacções para a plataforma FXGO, perseguindo-se maior nível de transparência e uma taxa de câmbio que reflecta efectivamente o mercado.
Directiva nº 02/DMA/2020 de 17 de Junho	1) Limitou os bancos a 2,5% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) para compras nos leilões de divisas e operações na plataforma FXGO; 2) Permitiu que o valor mínimo de cada proposta nos leilões, pudesse ser inferior a 1 milhão de USD; 3) Obrigação de venda imediata do excedente no FXGO.	Fraca absorção da oferta de divisas nos leilões e apreciações sucessivas da taxa de câmbio.
Instrutivo nº 05/2020 de 30 de Março	Isentou de forma temporária, de Limites por Instrumento de Pagamento, a importação de bens alimentares, medicamentos e material de biossegurança.	Minimização dos efeitos da COVID-19 sobre a actividade económica
Directiva nº 03/DMA/2020 de 26 de Junho	Obriga os bancos a submeterem, diariamente, as taxas de câmbio indicativas de compra e de venda, com as quais estariam dispostas a realizar operações no FXGO.	O objectivo é que o <i>benchmark</i> para a taxa de câmbio de referência seja representativo do respectivo mercado cambial.
Aviso nº 17/2020, de 3 de Agosto	Estabeleceu que os pagamentos de salários a estrangeiros não residentes cambiais devem ser pagos numa conta bancária em Angola para posterior solicitação da OPE pelo próprio trabalhador.	Controlo de saída de recursos em divisas do país com impacto na contenção das RIL.

Fonte: BNA

<sup>11</sup> <https://www.bancobai.ao/repositorio-de-informacao/informacao-economica-e-financeira/>

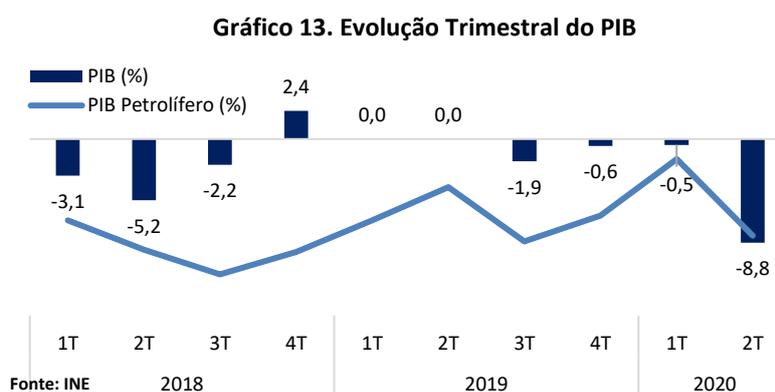
Além deste conjunto de regulamentações, mais recentemente o BNA utilizou igualmente outras medidas que visaram melhorar a condução da política cambial, com foco na liquidez dos bancos para a compra de moeda estrangeira e visando uma depreciação da taxa de câmbio mais suavizada. Abaixo destacam-se algumas destas medidas observadas antes de 30 de Setembro:

- Alterações no prazo de liquidação, para períodos mais alargados, uma medida que viria a dar aos bancos maior flexibilidade na execução das operações e gestão da liquidez para a compra das divisas;
- Comunicado BNA 19/08/2020 – Alteração do limite de compra de divisas para cada banco nos leilões do BNA para 10% do valor global do leilão – O BNA argumentou como razão para a medida a evolução das RIL e a intenção de se manter a previsibilidade do mercado cambial;
- Comunicado BNA 20/08/2020 – Eliminação temporária da restrição de os bancos cumprirem com o limite de 2,5% dos fundos próprios de compra de divisas no MMI e de outros vendedores na plataforma FXGO, exceptuando-se as compras nos leilões do BNA;

## 2.4. Evolução da actividade económica

### 2.4.1. Crescimento económico

Os dois primeiros trimestres de 2020 foram de queda do PIB, na ordem dos 0,5% e 8,8% em comparação com os períodos homólogos, respectivamente. Desde o terceiro trimestre de 2019 que a economia angolana regista contracções consecutivas. Em termos acumulados, a economia recuou 4,5% entre Janeiro e Junho<sup>12</sup>, encaminhando-se, deste modo, para o quinto ano seguido de recessão económica.



A queda do PIB no segundo trimestre foi a mais pronunciada desde o último trimestre desde 2015, quando a economia desceu mais de 11%. Este desempenho reflecte os efeitos da actual conjuntura económica, devido aos impactos da COVID-19, que começaram a ser sentidos sobretudo depois da implementação do primeiro Estado de Emergência da história angolana.

O sector dos transportes liderou as quedas, ao ter caído mais de 78%, o que reflecte efectivamente as restrições à circulação de pessoas e bens impostas para conter a propagação

<sup>12</sup> Informação disponível até ao fecho desta edição.

da pandemia no país. Ainda nas quedas, destacaram-se o imobiliário (-17,6%) e as pescas (-27,8%). Neste sector, os operadores apontam como principal constrangimento um aumento significativo dos custos de manutenção dos equipamentos que não é compensado pelo fraco aumento dos preços de venda.

O sector petrolífero recuou 1,7% no primeiro e 8,2% no segundo trimestre, completando 20 trimestres consecutivos de descidas. Dado ao peso na estrutura do PIB, o sector teve uma influência importante no mau desempenho da economia.

Por seu turno, o sector das telecomunicações tem capitalizado os efeitos das alterações impostas pela COVID-19 no aumento da necessidade de utilização de meios de interação à distância, quer em âmbitos pessoais, como empresariais. O sector subiu 7,3%, a maior subida desde o último trimestre de 2018. Os sectores agrícola e da Energia e água também destacaram-se pela positiva, com aumentos de 2,3% e 4,4%.

**Tabela 18. INE | Queda do PIB - 2º Trimestre**

	2019	2020		
		Acum. 2020	QoQ	YoY
Agro-pecuário	0,8	3,6	24,8	2,3
Pesca	-14,8	-16,8	-36,5	-27,8
Petróleo	-6,5	-5,0	-5,6	-8,2
Diamantes	8,5	-10,7	-0,7	-15,6
Ind. Transformadora	0,8	3,0	-12,8	-4
Energia e água	5,4	4,2	-5,4	4,4
Construção	4,9	-14,0	-64,0	-41
Comércio	1,9	-3,3	-15,4	-0,1
Transportes	9	-40,2	-78,2	-78,9
Telecomunicações	-1,7	5,8	98,5	7,3
Financeiro	-7,3	-2,3	-3,7	0,7
Adm. Pública	2,3	-3,2	-29,3	-7,1
Imobiliário	3	-7,4	-19,7	-17,6
PIB	-0,6	-4,5	-15,2	-8,8

QoQ: Quarter on quarter – variação trimestral

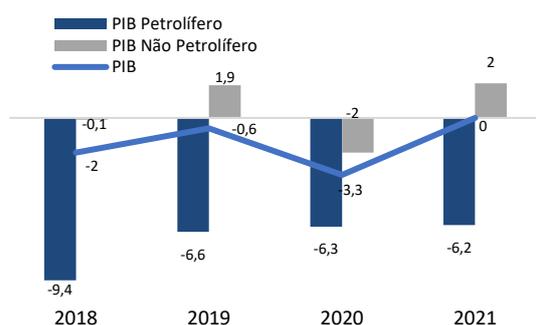
YoY: Year on year – variação homóloga

Para o terceiro trimestre, até a publicação desta edição, não eram ainda conhecidos os dados, entretanto, também se esperava que o PIB continuasse em queda, embora o alívio nas restrições das medidas de contenção à pandemia com a introdução da Situação de Calamidade Pública, poderiam desacelerar a contracção.

- **Perspectiva 2020/2021**

No terceiro trimestre deste ano, será difícil uma recuperação da economia para crescimento devido à aprovação das recentes medidas, que introduziram novamente um regresso a restrições para controlo da evolução da COVID-19 o que deve continuar a penalizar a economia não petrolífera. No sector petrolífero, o facto de os preços do petróleo se manterem ainda em níveis baixos comparativamente ao ano passado mantém o cenário que impõe bastantes limitações para o arranque de projectos para novos investimentos por parte de empresas do sector, devido aos elevados custos e baixa rentabilidade.

Gráfico 14. Projecção Governo (%)



Fonte: Proposta OGE 2021

Tabela 19. Projecções comparativas PIB de Angola (%)

Instituição	2020	2021
Governo	-3,3	0,0
FMI	-4,0	3,2
Fitch Solutions	-4,0	1,7
Fitch Ratings	-4,0	1,0
Standard Chartered	-4,3	1,2

Fonte: MINFIN/Bloomberg

Para 2021, embora se anteveja uma recuperação do PIB não petrolífero de -3,3% para 2%, a economia deverá estar em estagnação, sendo que para o sector petrolífero projecta-se uma queda de 6,2%. O Governo está menos optimista em relação à maioria das instituições internacionais para o próximo ano.

#### 2.4.2. Desemprego e inflação

Contrariamente ao que atesta a teoria económica, a inflação em Angola aumentou nos últimos nove meses de 2020 ao mesmo tempo que o desemprego cresceu. Segundo o INE<sup>13</sup>, a taxa de desemprego até Setembro foi de 34%, superior aos 30,1% do trimestre homólogo.

Das 15,3 milhões de pessoas consideradas economicamente activas, cerca de 5,2 milhões estavam em situação de desemprego com realce para a perda do emprego<sup>14</sup>, no grupo dos jovens (15 aos 24 anos de idade), onde se observou a taxa mais elevada, na ordem dos 56,4%. Tratou-se da maior taxa de desemprego do país desde o início da publicação desta série de dados.

Neste período, houve um maior aumento do desemprego entre os homens para 31,7%, embora entre as mulheres há uma taxa de desemprego mais elevada (36,1%)<sup>15</sup>. Já no que toca ao desemprego por zonas, verificou-se que a taxa da área urbana foi de 44,8%, inferior em 25,6 p.p. à da área rural.

<sup>13</sup> Esses dados foram ponderados, tendo por referência as estimativas da população residente em Angola para final do terceiro semestre de 2020, calculadas a partir dos resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2014 e da Projecção da População para o período 2014-2050.

<sup>14</sup> Entre as pessoas empregadas, o INE considera também aquelas que se encontram no trabalho informal, nomeadamente aqueles que, na última semana do inquérito, tinham efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

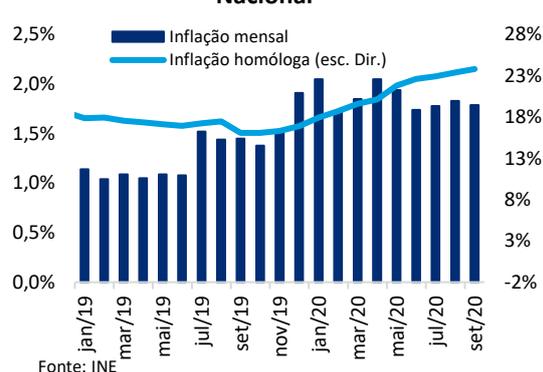
<sup>15</sup> A concentração da taxa de desemprego verificada entre as mulheres está também relacionada com os resultados obtidos no recenseamento populacional de 2014 (base ajustada utilizada para elaboração deste relatório), segundo os quais, existiam mais homens com registo de nascimento, com o ensino superior concluído e com domínio na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, que constituem factores essenciais para a inserção no mercado de trabalho.

**Gráfico 15. Evolução da taxa de desemprego**



Fonte: INE

**Gráfico 16. Evolução da Inflação Nacional**



Fonte: INE

Por seu lado, a inflação homóloga iniciou uma nova tendência crescente no final de 2019, atingindo os 23,82% no final de Setembro deste ano, uma aceleração de 5,9 pontos percentuais desde o início do ano e de 7,7 p.p. face a Setembro 2019.

O maior aumento de preços foi verificado na classe de Educação, cerca de 36%, um aumento de 34 p.p face ao mesmo período de 2019, explicado pela autorização dada às escolas para aumento dos preços das propinas. A seguir estiveram as subidas de preços nas classes de Alimentação e Bebidas não alcoólicas (19,1%) e de Bebidas Alcoólicas e Tabaco (15,5%). Nas classes das Comunicações e de Habitação, Água, Electricidade e Combustível foram registados os menores aumentos de preços.

A evolução dos preços tem por base os seguintes factores:

- A actual condução da política monetária, caracterizada por um maior esforço da autoridade monetária em apoiar a actividade económica;
- Maior depreciado da taxa de câmbio;
- A aplicação do IVA sobre produtos da cesta básica;
- Restrições do lado da oferta;
- Efeito inércia.

Nas plataformas grossistas, também se está a verificar um aumento dos preços, com o Índice de Preços Grossista (IPG) a atingir os 24,82%, significativamente acima dos 18,92% observados no fecho de 2019 e dos 17,76% registados no período homólogo.

A maior aceleração foi verificada nos preços dos produtos importados, tendo variado, em termos homólogos, 33,75%, sendo que a maior variação foi vista na classe de agricultura, produção animal, caça e silvicultura. Olhando para os preços dos bens nacionais, observou-se uma variação de 29,32%, também influenciada pelos preços dos bens da classe de agricultura.

## 2.5. Panorama monetário e financeiro

### 2.5.1. Política monetária e liquidez

Desde o início do ano, foram introduzidas importantes medidas com impacto na condução da política monetária do BNA, tendo em conta os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19, visando manter o seu objectivo de controlo de preços e o apoio à economia.

**Tabela 20. Destaque das principais medidas até Setembro 2020**

Tema/Instrumento	Descrição	Possíveis impactos
Directiva n.º 01/DSB/DRO/2020 de 14 de Fevereiro	Alienação de Imóveis Adquiridos em Dação de Pagamento de Crédito até 31/12/2020	Alteração da estrutura dos balanços dos bancos, para aqueles que conseguirem fazê-lo até o prazo definido.
CPM_27 de Março	Redução da taxa de juro da FAL*, com maturidade de sete dias, de 10% para 7%;	Alívio na pressão de liquidez dos bancos para apoio à economia.
Instrutivo n.º 04/2020 de 30 de Março	Moratórias, por 60 dias, para o cumprimento de Obrigações Creditícias	Limitação na margem financeira
Aviso n.º 10/2020 de 3 de Abril	Obrigatoriedade de concessão de crédito à economia com taxa de juros até 7,5% e um volume global não inferior a 2,5% do activo	Riscos de perdas por juros reais negativos pela limitação na fixação da taxa de juros.
Instrutivo n.º 06/2020 de 6 de Abril	Linha de 100 mM Kz para compra de OTNR à empresas	1) Alívio da pressão sobre as empresas beneficiárias; 2) impactos na carteira de títulos e ganhos em comissão de intermediação (0,1%).
CPM_7 de Maio	Activação da FCO, em até 100 mM Kz, renovável trimestralmente e de modo não cumulativo, ao longo de 2020.	Alívio na pressão de liquidez dos bancos para apoio à economia.
Instrutivo n.º 09/2020 de 11 de Maio	Inclusão das empresas de grande dimensão do sector produtivo à linha de compra de OTNR pelo BNA	1) Alívio da pressão sobre as empresas beneficiárias; 2) impactos na carteira de títulos e ganhos em comissão de intermediação (0,1%).
Instrutivo n.º 11/2020 de 29 de Maio	Prémio anual de contribuição ao FGD (0,076% sobre os depósitos)	Redução da reserva livre em MN.
Instrutivo n.º 14/2020 de 4 de Agosto	Taxa de custódia aplicável às reservas livres no BNA (0,1% ao dia sobre o excesso de 3 mM Kz)	Redução da reserva livre em MN.
Instrutivo n.º 15/2020 de 22 de Setembro	Conversão de créditos habitação concedidos a particulares em ME	Redução do stock de crédito em ME e aumento em MN.
Instrutivo n.º 16/2020 de 2 de Outubro	Aumento do coeficiente de RO ME de 15% para 17%, com cumprimento do diferencial em MN	Redução da reserva livre em MN.
Aviso n.º 21/2020, de 26 de Outubro	Adiamento por 3 anos do reconhecimento das imparidades para os títulos de dívida pública para efeitos regulatórios	Abate nos resultados.

Fonte: BNA/ \*Facilidade de absorção de liquidez

Entre as medidas apresentadas acima e tomadas em sede do Comité de Política Monetária (CPM) ao longo do ano, devem ser destacadas as seguintes:

- Redução da taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade de sete dias (FCL7), de 10% para 7%;
- Abertura da linha de liquidez com valor máximo de 100 mil milhões de Kz para a aquisição de títulos públicos em posse de sociedades não-financeiras;
- Concessão de moratórias, por 60 dias, para o cumprimento de Obrigações Creditícias;
- Activação da facilidade permanente de cedência de liquidez *overnight*, em até 100 mil milhões de Kz, renovável trimestralmente e de modo não cumulativo, ao longo do exercício económico de 2020;
- Introdução de uma taxa de custódia sobre o excesso de 3 mil milhões de Kz de liquidez dos bancos no BNA;

Até Setembro, a Taxa BNA não tinha sido alterada, permanecendo nos 15,50%, onde se mantém desde Maio de 2019. Entretanto, o Banco Central recorreu a outros instrumentos para o alcance dos objectivos. Neste sentido, enquadra-se a medida de redução da FCL7 para 7%, no sentido de se indicar uma postura mais flexível da autoridade monetária adequada em momentos de contracção económica. Contudo, este tipo de medida tem sido limitado pelos efeitos que podem ter quer no câmbio como na inflação.

Apesar de uma postura mais acomodatória, o passivo do BNA cresceu, registado-se um aumento homólogo de 9,4% da base monetária, explicado essencialmente pelo aumento de 23,4% da reserva bancária em moeda nacional e de 12,8% das notas e moedas em circulação.

**Tabela 21. Base Monetária (mil milhões de Kz)**

	Set/19	Dez/19	Set/20	var. YTD	var. YoY
Base monetária	1 886	2 287	2 281	-0,3%	20,9%
Base monetária em moeda nacional	1 361	1 586	1 490	-6,1%	9,4%
Notas e moedas em circulação	446	540	503	-6,8%	12,8%
Reserva bancária	1 440	1 747	1 777	1,8%	23,4%
Depósitos obrigatórios	1 015	1 394	1 427	2,3%	40,6%
Em moeda nacional	702	923	869	-5,8%	23,8%
Em moeda estrangeira	313	471	558	18,3%	78,4%
Depósitos livres	425	352	350	-0,6%	-17,6%
Em moeda nacional	213	123	117	-5,0%	-45,2%
Em moeda estrangeira	212	229	233	1,8%	9,9%
Outras obrigações face a OSD <sup>1</sup>	184	240	333	38,8%	81,4%

Fonte: BNA

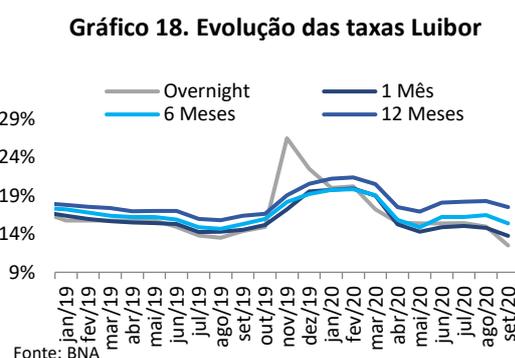
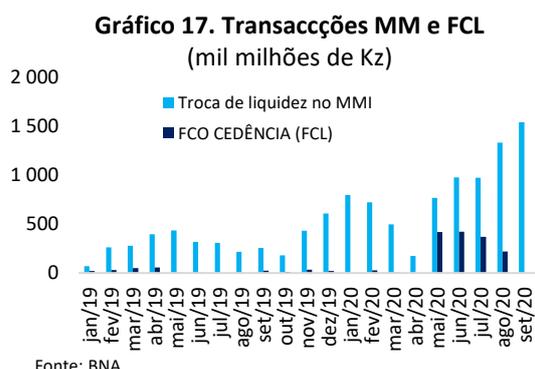
1/ Inclui acordos de recompra com as Outras Sociedades de Depósitos

YTD: variação desde o início do ano/ YoY: Variação homóloga.

Deve ser realçada a queda de 45,2% da reserva bancária livre em moeda nacional, que acentuou depois do mês de Agosto, altura em que foi implementada a taxa custódia de 0,1% sobre a liquidez considerada excedentária. Esta medida coincidiu com um período de maior dinamização das trocas do Mercado Monetário Interbancário (MMI).

A troca de liquidez entre os bancos subiu 207% para 7 764,3 mil milhões de Kz entre Janeiro e Setembro. Apesar disso, registou-se uma redução da Luibor overnight para 12,5%, significativamente abaixo dos 22,48% do final de 2019.

A queda da Luibor numa altura em que se regista aumento da permuta de liquidez no MMI pode ser explicada com o efeito da taxa custódia que influenciou os bancos a optarem por emprestar a sua liquidez a outros mesmo com remunerações pouco atractivas, numa altura em que a opção de se investir em Operações de mercado Aberto (OMA) ficou igualmente menos apetecível devido aos cortes significativos nos juros.



### 2.5.2. Evolução da síntese monetária

O *stock* do crédito concedido ao Governo Central até Setembro de 2020 atingiu 8 504,8 mil milhões de Kz, o que representa um aumento de 44,8% face a Setembro de 2019. Por seu lado, os depósitos do Estado na banca subiram apenas 29,7% para 3 597,1 mil milhões de Kz, o que fez piorar a posição líquida do Estado.

Já para o sector privado, o *stock* de crédito concedido aumentou apenas 1,1% sem excluir o efeito cambial, o que mostra que a banca continua a expor-se mais ao Estado do que à economia, um cenário que respalda a preocupação já demonstrada pelo FMI neste âmbito.

O sector privado detinha até Setembro deste ano, cerca de 3 907,2 mil milhões de Kz de *stock* de crédito, dos quais, o crédito concedido a empresas corresponde a 81% e os restantes 19% aos particulares. O crédito a empresas em moeda nacional recuou 4,9% ao passo que aos particulares aumentou 13,6% em termos homólogos.

Mantém-se a grande concentração do crédito da banca em poucos sectores de actividade económica. Do valor global concedido, mais de 50% era devido por empresários das áreas do comércio (23%), imobiliário (12%), construção (10%) e de serviços (10%).

**Tabela 22. Síntese monetária consolidada (mil milhões de Kz)**

	Set/19	Dez/19	Set/20	var. YTD	var. YoY
Crédito líquido da Administração Central	3 099,0	2 668,8	4 907,6	83,9%	58,4%
Crédito à Administração Central	5 871,7	6 258,4	8 504,8	35,9%	44,8%
Depósitos da Administração Central	2 772,6	3 589,6	3 597,1	0,2%	29,7%
Sector privado	3 863,2	4 447,0	3 907,2	-12,1%	1,1%
Empresas	3 215,4	3 732,7	3 158,6	-15,4%	-1,8%
Empréstimos em moeda nacional	2 468,1	2 700,6	2 346,0	-13,1%	-4,9%
Empréstimos em moeda estrangeira	747,3	1 032,2	812,6	-21,3%	8,7%
Particulares	647,8	714,2	748,5	4,8%	15,5%
Empréstimos em moeda nacional	453,0	514,6	514,7	0,0%	13,6%
Empréstimos em moeda estrangeira	194,8	199,6	233,9	17,2%	20,0%
M2 = (M1 + Quase- Moeda)	8 730,8	10 214,4	11 357,7	11,2%	30,1%
M2MN	4 578,1	4 853,1	4 933,6	1,7%	7,8%
M2ME (USD)	11,0	11,1	10,2	-7,9%	-6,8%
M1	4 375,9	4 939,4	5 568,2	12,7%	27,2%
Notas e moedas em poder do público	342,8	419,0	349,7	-16,5%	2,0%
Depósitos a ordem	4 033,1	4 520,4	5 218,5	15,4%	29,4%
Em moeda nacional	2 531,1	2 787,4	2 977,5	6,8%	17,6%
Em moeda externa	1 501,9	1 733,0	2 240,9	29,3%	49,2%
Depósitos a Prazo	4 355,0	5 275,0	5 789,5	9,8%	32,9%
Em moeda nacional	1 704,2	1 646,7	1 606,4	-2,4%	-5,7%
Em moeda externa	2 650,7	3 628,4	4 183,1	15,3%	57,8%
Outros instrumentos equiparáveis a depósitos <sup>1</sup>	6,7	4,7	4,9	4,2%	-25,7%

Fonte: BNA

1/ Inclui títulos excepto acções e acordos de recompra em moeda nacional e estrangeira

Quanto aos agregados monetários, o M2 (o somatório dos depósitos e das notas e moedas em poder do público), evidencia um crescimento acumulado de 11,2% até o mês de Setembro (+30,1% em termos homólogos). A variação do M2 é também explicada pela depreciação da taxa de câmbio que afectou a componente em moeda estrangeira, pois ao ser convertida em Dólar, observa-se uma queda de 7,9% desde o início do ano.

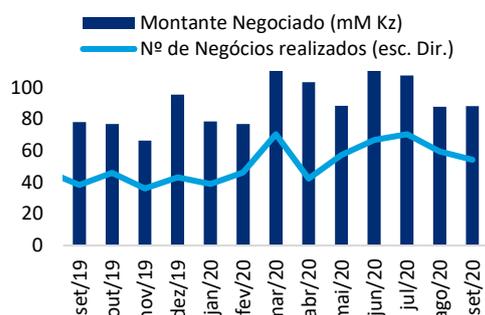
Em moeda nacional, os depósitos à ordem cresceram 6,8% desde o início do ano e 17,6% em termos homólogos, enquanto os depósitos a prazo recuaram 2,4% no acumulado do ano e 5,7% face ao período homólogo. As notas e moedas em poder do público registam uma descida de 16,5% em 2020, mas um ligeiro crescimento de 2% face ao mesmo período de 2019.

## 2.6. Mercado secundário de dívida

O valor negociado no mercado secundário de dívida (BODIVA) atingiu 915,7 mil milhões de Kz nos primeiros nove meses de 2020, o que espelha uma subida de 42,5% face ao mesmo período de 2019. Durante este período, foram realizados 5 mil negócios, que permitiram transaccionar mais de 6 milhões de títulos do Tesouro, abaixo dos 41 milhões de títulos que tinham sido negociados no período anterior.

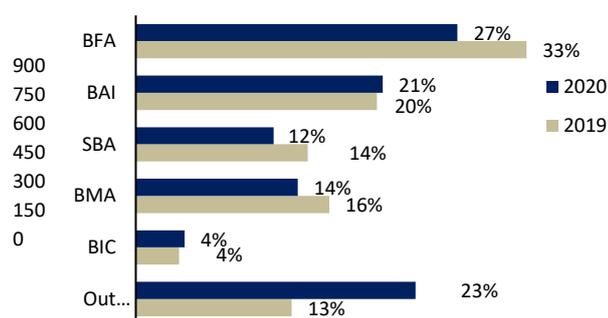
Entre os membros de intermediação, o Banco de Fomento Angola (BFA) fechou os nove meses com a maior quota de mercado, cerca de 27%, seguido pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI), com 21%. A seguir, estiveram o Banco Millennium Atlântico (BMA) e o Standard Bank Angola (SBA), com 14% e 12%, respectivamente.

**Gráfico 19. Transacções realizadas na Bodiva**



Fonte: BODIVA

**Gráfico 20. Bodiva - Quotas de mercado (Janeiro a Setembro)**



Fonte: BODIVA

## II. LEGISLAÇÃO PUBLICADA NO PERÍODO

**Tabela 23. Legislação BNA | Janeiro a Setembro 2020**

Número	Assunto	Publicação
Instrutivo n.º 15/2020	Sistema Financeiro - Conversão de Créditos Habitação Concedidos a Particulares em Moeda Estrangeira	23/09/2020
Aviso n.º 20/2020	Sociedades de Garantia de Crédito - Regras Operacionais	21/08/2020
Aviso n.º 19/2020	Fundo de Garantia de Crédito - Regras Operacionais	21/08/2020
CARTA-CIRCULAR N.º 002/DCC/2020	Procedimentos para validação e execução de contratos de invisíveis correntes	18/08/2020
Instrutivo n.º 14/2020 de 4 de Agosto	Taxa de Custódia Aplicável às Reservas Excedentárias dos Bancos Comerciais Depositadas no Banco Nacional de Angola	05/08/2020
Aviso n.º 17/2020, de 3 de Agosto	Regras e Procedimentos para a Realização de Operações Cambiais por Pessoas Singulares	04/08/2020
Instrutivo n.º 13/2020 de 17 de Julho	Funcionamento da Central de Informação de Risco de Crédito	17/07/2020
Directiva n.º 04/DSP/DIF/2020 de 16 de Junho	Informação Estatística dos Serviços de Pagamentos Móveis	14-07-2020
Aviso n.º 16/2020	Nova Família do Kwanza "Série 2020"	10/07/2020
Instrutivo n.º 12/2020	Preçário	07/07/2020
Directiva n.º 03/DMA/2020	Taxas de Câmbio Indicativas de Compra e de Venda submetidas pelas Instituições Financeiras Bancárias no FXGO da Bloomberg (AOA - BGN)	29/06/2020
Aviso n.º 15/2020	Preçário de Serviços e Produtos Financeiros e Sua Divulgação	23/06/2020
Aviso n.º 14/2020	Regras de Prevenção e Combate ao Branqueamento e Capitais e Financiamento do Terrorismo	23/06/2020
Directiva n.º 02/DMA/2020	Compra e Venda de Moeda Estrangeira nos Leilões de Divisas e na Plataforma FXGO	17/06/2020
Directiva n.º 01/DMA/2020	Registo de Transacções de Compra e Venda de Moeda Estrangeira na Plataforma FXGO	16/06/2020
CARTA-CIRCULAR N.º 01/DMA/2020	Nota Explicativa sobre a Posição Cambial	09-06-2020
Aviso n.º 13/2020	Regime Cambial Aplicável ao Sector Diamantífero	01/06/2020
Instrutivo n.º 11/2020	Prémio Anual das Contribuições das Instituições Financeiras Participantes no Fundo de Garantia de Depósitos em Angola	01/06/2020
Instrutivo n.º 10/2020	Reporte de Incidentes de Segurança Cibernética	01/06/2020
Directiva n.º 03/DSB/DRO/2020 de 28 de Maio	Alteração Temporária dos Prazos de Reporte de Informação via Portal das Instituições Financeiras (PIF)	01/06/2020
Instrutivo n.º 09/2020	Linha para Compra de Obrigações do Tesouro Estabelecida Pelo Instrutivo n.º 06/2020 de 6 de Abril	11/05/2020
Directiva n.º 02/DSB/DRO/2020 de 8 de Maio	Guia sobre Recomendações de Gestão de Exposições não Produtivas e Reestruturadas e Activos Executados em Dação de Pagamento	08/05/2020
Instrutivo n.º 08/2020 de 28 de Abril	CONTAS Bancárias Simplificadas Definição de Limites para a Abertura e Movimentação	28/04/2020
Aviso n.º 12/2020, de 27 de Abril	CONTAS Bancárias Simplificadas	27-04-2020
CARTA-CIRCULAR N.º 01/DCF/2020	Licenciamento de Produtos e Serviços Financeiros	24/04/2020
Aviso n.º 11/2020	Requisitos e Procedimentos para O Registo Especial de Instituições Financeiras. Autorização para O Exercício de Funções de Membros dos Órgãos Sociais.	21/04/2020
Instrutivo n.º 07/2020	Concessão de Crédito	21/04/2020
CARTA-CIRCULAR N.º 02/DCC/2020	Liquidação de Cartas de Crédito	18/04/2020
Instrutivo n.º 06/2020	Linha para compra de Obrigações do Tesouro	06/04/2020
Aviso n.º 10/2020 de 3 de Abril	Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia - Termos e Condições	03/04/2020
Aviso n.º 09/2020 de 3 de Abril	Autorização para a Constituição de Instituições Financeiras Bancárias	03/04/2020
Aviso n.º 08/2020 de 2 de Abril	Política de Segurança Cibernética e Adopção de Computação em Nuvem	02/04/2020
Aviso n.º 07/2020 de 2 de Abril	Expansão de Serviços Bancários	02/04/2020

Número	Assunto	Publicação
Instrutivo nº 05/2020	Isenção Temporária de Limites por Instrumento de Pagamento na importação de bens alimentares, medicamentos e material de biossegurança	30/03/2020
Directiva nº 02/DSB/2020 de 27 de Março	Alteração Temporária dos Prazos de Reporte de Informação via Portal das Instituições Financeiras (PIF)	30/03/2020
Instrutivo nº 04/2020 de 30 de Março	Flexibilização de Prazos para o Cumprimento de Obrigações Creditícias	30/03/2020
Instrutivo nº 03/2020	Taxas de Câmbio de Referência	30/03/2020
Instrutivo nº 02/2020	Procedimentos para a Venda de Moeda Estrangeira por Sociedades DO Sector Petrolífero Operações Cambiais no Mercado Interbancário	30/03/2020
Aviso nº 06/2020 de 10 de Março	Concessão de Crédito a Detentores de Participações Qualificadas	10/03/2020
Aviso nº 05/2020 de 28 de Fevereiro	Deveres de Informação no Âmbito da Comercialização de Depósitos Duais e Depósitos Indexados	28/02/2020
Aviso nº 04/2020 de 28 de Fevereiro	Central de Informação e Risco de Crédito	28/02/2020
Aviso nº 03/2020 de 28 de Fevereiro	Limite de Imobilizado das Instituições Financeiras	28/02/2020
Directiva nº 01/DSB/DRO/2020	Alienação de Imóveis Adquiridos em Dação de Pagamento de Crédito	20/02/2020
CARTA-CIRCULAR N.º 01/DCC/2020	Aviso 12/2019 - Regras e procedimentos para realização de operações cambiais por pessoas singulares	23/01/2020
Aviso nº 02/2020 de 09 de Janeiro	Regras e Procedimentos para a Realização de Operações Cambiais de Invisíveis Correntes por Pessoas Colectivas	17/01/2020
Aviso nº 01/2020 de 09 de Janeiro	Alteração da Redacção do artigo 5.º do Aviso n.º 05/18, de 17/de Julho	17/01/2020
Instrutivo nº 01/2020 de 10 de Janeiro	Prazo Máximo para a Execução de Operações de Venda de Moeda Estrangeira e Operações Cambiais Associadas	10/01/2020
Aviso nº 15/2019 de 30 de Dezembro	Investimento Externo Realizado por não Residentes Cambiais Operações de Capitais e de Rendimentos Associados	03/01/2020

### III. ANEXOS

Tabela 24. Medidas de apoio à economia

Decreto Presidencial n.º 81/20   Principais linhas de actuação		
Âmbito	Objectivo	Medida
1	Utilização de 1,5 mil milhões de kz do Fundo Soberano de Angola para apoio orçamental;	
2	Aceleração do Programa de Privatizações (PROPRIV);	
3	Autorização ao Instituto Nacional de Segurança Social para investir em títulos do Tesouro;	
4	Suspensão do pagamento em <i>cash</i> de atrasados;	
5	Negociação para o adiamento do pagamento de 50% da dívida interna ( <i>rollover</i> ); adesão do país às linhas de financiamento para o combate aos efeitos da pandemia COVID-19;	
6	Isonção do IVA e direitos aduaneiros para mercadorias com fins humanitários e de doações;	
7	Suspensão de exportação de bens alimentares e equipamentos médicos.	
Resumo das medidas operacionais de apoio à economia		
Impostos	Aliviar a pressão sobre a tesouraria com obrigações tributárias	<p>i. alargar, para o dia 29 de Maio e para o dia 30 de Junho, os prazos limites da liquidação do Imposto Industrial do Grupo B e A, respectivamente;</p> <p>ii. atribuir crédito fiscal de 12 meses sobre o IVA na importação de bens de capital e de matéria-prima para a produção de bens do PRODESI.</p>
Salários	Aliviar a pressão sobre a tesouraria com contribuições para a Segurança Social	i. diferimento do pagamento da contribuição da segurança social referente ao 2º Trimestre de 2020 para o 2º semestre.
Apoio Financeiro	Assegurar o apoio financeiro para a manutenção mínima dos níveis de actividades das micro, pequenas e médias empresas do sector produtivo	<p>i. linha de financiamento do FADA, no valor de 15 mil milhões de Kz, para a agricultura;</p> <p>ii. linha de financiamento do BDA, no valor de 26,4 mil milhões de Kz, para os operadores do comércio e distribuição de produtores nacionais;</p> <p>iii. linha de financiamento do BDA, no valor de 13,5 mil milhões de Kz para agricultura e pecuária;</p> <p>iv. linha de financiamento do BDA, no valor de 750 milhões de Kz, para cooperativas de cada província nos sectores da agricultura e pescas;</p> <p>v. linha de financiamento do FACRA, através do BDA, no valor de 3 mil milhões de Kz, para investimentos no capital próprio de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas;</p> <p>vii. linha de crédito do FACRA, no valor de 4 mil milhões de Kz, para diversos sectores da economia;</p> <p>viii. acompanhamento pelo ministério da Economia as operações de crédito realizadas com as linhas de crédito obtidas com financiamento externo garantido pelo Estado.</p>

---

**Resumo das medidas operacionais de apoio à economia**


---

Burocracia sobre as empresas	Remover o excesso de burocracia que incide sobre as empresas	i. suspender da obrigatoriedade de as empresas realizarem o registo estatístico;
		ii. obrigatoriedade de emissão do alvará comercial apenas para as actividades de comercialização de bens alimentares diversos, medicamentos, automóveis, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos;
		iii. extinguir a obrigação de licenciamento de contratos de gestão, prestação de serviços e assistência técnica estrangeira ou de Gestão no BNA e no Ministério da Economia e Planeamento.
Mobilidade dos trabalhadores	Assegurar a mobilidade dos trabalhadores durante o estado de emergência	i. credenciar os trabalhadores do sector privado; a fim de garantir a sua mobilidade.
		ii. transferir para os salários dos trabalhadores, o valor do desconto para a segurança social nos meses de Abril, Maio e Junho de 2020;
Famílias	Agregados de famílias em situação de risco	ii. disponibilizar 315 milhões de Kz para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, para desenvolver campanhas de distribuição de bens da cesta básica;
		iii. início em Maio de 2020 a primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias;
Economia informal	Acelerar a transição da actividade informal para o sector formal	i. elaborar e executar um plano de acção de formalização e organização do comércio informal; ii. elaborar e executar de um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais.

---

#### IV. FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. World Health Organization | Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 76
2. IMF Country Report No. 19/371 – Disponível em [www.imf.org](http://www.imf.org)
3. Banco Nacional de Angola, Estatística monetária e financeira – Nova Série. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao)
4. Banco Nacional de Angola, Emissões, resgates e *stock*. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao).
5. Banco Nacional de Angola, Mercado cambial – Montante de divisas vendidas. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao)
6. Banco Nacional de Angola, Mercado cambial – Taxas de câmbio do mercado primário. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao)
7. Banco Nacional de Angola, Notas de imprensa – Mercados monetário e cambial. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao)
8. Banco Nacional de Angola, Notas de imprensa – Comité de política monetária. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao)
9. Banco Nacional de Angola, Legislação e Normas – Pesquisa de legislação e normas. Disponível em: [www.bna.ao](http://www.bna.ao).
10. Instituto Nacional de Estatística, Indicadores de Emprego e Desemprego (Folha de Informação Rápida IV Trimestre de 2019). Disponível em: [www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao)
11. Instituto Nacional de Estatística, Folha de informação rápida - IPC Nacional; IPG. Disponível em: [www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao)
12. Instituto Nacional de Estatística, Folha de informação rápida. Índice de clima económico. Disponível em: [www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao)
13. Ministério das Finanças - Unidade de Gestão da Dívida, Plano anual de endividamento.
14. Ministério das Finanças – Economia nacional, Exportações e receitas de petróleo. Disponível em: [www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao)
15. Ministério das Finanças, Relatório de fundamentação do OGE 2020 Revisto. Disponível em: [www.minfin.gv.ao](http://www.minfin.gv.ao)
16. Subsistema de Gestão de Mercados de Activos (SIGMA).
17. Bolsa de Dívida e Valores de Angola, Relatórios de negociação. Disponíveis em: [www.cmc.gv.ao](http://www.cmc.gv.ao)
18. International Monetary Fund, World Economic Outlook. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org)
19. Bloomberg
20. Organization of the Petroleum Exporting Countries, Monthly Oil Market Reports. Disponível em [www.opec.org](http://www.opec.org)
21. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: [www.fao.org](http://www.fao.org)



Confiança no Futuro